



Nova Mobi Pernambuco - SPE S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

com Relatório dos Auditores Independentes

Nova Mobi Pernambuco - SPE S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025.

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais.....	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da
Nova Mobi Pernambuco - SPE S.A.
Recife – PE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Nova Mobi Pernambuco - SPE S.A. (“Companhia”)** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira da Nova Mobi Pernambuco - SPE S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades em conformidade com tais normas estão descritas na seção a seguir intitulada: “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras--Continuação

Na elaboração das demonstrações financeiras a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando divulgando quando aplicável os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando individualmente ou em conjunto possam influenciar dentro de uma perspectiva razoável as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras independentemente se causada por fraude ou erro planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras--Continuação

- Concluimos sobre a adequação do uso pela Administração da base contábil de continuidade operacional e com base nas evidências de auditoria obtidas se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório, todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito entre outros aspectos do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria inclusive as eventuais deficiências importantes nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de março de 2026.

Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-031.269/O-1



Nelson Varandas dos Santos
Contador CRC 1SP-197.110/O-3



Vanderlei Marcello Fernandes Junior
Contador CRC 1SP-297.750/O-4

Nova Mobi Pernambuco - SPE S.A.

Balancos patrimoniais Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais - R\$)

Ativo	Nota	2025	2024	Passivo	Nota	2025	2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.935	23.793	Empréstimos e financiamentos	9	6.907	-
Contas a receber	5	6.427	5.871	Fornecedores	10	1.402	4.292
Tributos a recuperar	6	2.555	2.294	Obrigações trabalhistas e sociais	11	4.279	4.798
Gastos com operação de debêntures a apropriar	9	233	233	Impostos e contribuições a recolher	12	376	451
Outros créditos	-	122	123	Partes relacionadas	7	-	86
Despesas antecipadas	-	110	63	Parcelamento de tributos	13	2.127	2.224
Partes relacionadas	7	69	144	Adiantamento de clientes	-	3	22
		<u>13.451</u>	<u>32.521</u>			<u>15.094</u>	<u>11.873</u>
Não circulante				Não circulante			
Impostos diferidos	20	12.472	5.027	Empréstimos e financiamentos	9	70.358	67.010
Depósitos judiciais	-	-	21	Partes relacionadas	7	6.855	6.555
Gastos com operação de debêntures a apropriar	9	1.789	2.022	Parcelamento de tributos	13	5.422	6.908
Intangível líquido	8	88.352	58.886	Provisão para demandas judiciais	14	458	423
		<u>102.613</u>	<u>65.956</u>	Impostos diferidos	20	4.448	961
						<u>87.541</u>	<u>81.857</u>
				Capital social	15.1	14.600	14.600
				Capital social a integralizar	15.1	-	(1.453)
				Prejuízos acumulados	-	(1.171)	(8.400)
						<u>13.429</u>	<u>4.747</u>
Total do ativo		<u><u>116.064</u></u>	<u><u>98.477</u></u>			<u><u>116.064</u></u>	<u><u>98.477</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Nova Mobi Pernambuco - SPE S.A.

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota	2025	2024
Receita operacional líquida	16	104.203	70.256
Custo dos serviços prestados	17	(99.728)	(66.852)
Resultado bruto		4.475	3.404
Despesas administrativas e gerais	18	(900)	(451)
Outras Receitas / (despesas) operacionais	-	59	9
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		3.634	2.962
Receitas financeiras	19	1.137	334
Despesas financeiras	19	(1.500)	(1.831)
Resultado financeiro líquido		(363)	(1.497)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		3.271	1.465
Imposto de renda e contribuição social - diferido	20	3.959	758
Lucro líquido do exercício		7.229	2.223

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Nova Mobi Pernambuco - SPE S.A.
Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais - R\$)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Lucro líquido do exercício	7.229	2.223
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	<u><u>7.229</u></u>	<u><u>2.223</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Nova Mobi Pernambuco - SPE S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais - R\$)

	<u>Nota</u>	Capital subscrito	Capital a integralizar	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023		<u>14.600</u>	<u>(1.453)</u>	<u>(10.623)</u>	<u>2.524</u>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	2.223	2.223
Saldo em 31 de dezembro de 2024		<u>14.600</u>	<u>(1.453)</u>	<u>(8.400)</u>	<u>4.747</u>
Capital integralizado	15.1	-	1.453	-	1.453
Lucro líquido do exercício	-	-	-	7.229	7.229
Saldo em 31 de dezembro de 2025		<u>14.600</u>	<u>-</u>	<u>(1.171)</u>	<u>13.429</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Nova Mobi Pernambuco - SPE S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais - R\$)

	<u>Nota</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		3.271	1.465
Ajustes para reconciliação do fluxo de caixa			
Amortização	8	3.399	2.934
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD)		854	264
Provisão para demandas judiciais	14	35	174
Juros incorridos s/ empréstimos e financiamentos		-	8
		7.559	4.845
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento)/diminuição dos ativos			
Contas a receber		(1.410)	(916)
Tributos a recuperar		(261)	(579)
Gastos com operação de debêntures a apropriar		233	(2.255)
Outros créditos		1	203
Despesas antecipadas		(47)	1
Depósitos judiciais		21	-
Aumento/(Diminuição) dos passivos			
Fornecedores		(2.890)	3.068
Obrigações trabalhistas e sociais		(519)	(478)
Impostos e contribuições a recolher		(75)	98
Parcelamento de tributos		(1.583)	516
Adiantamento de clientes		(19)	20
		1.010	4.523
Caixa líquido gerado das atividades operacionais		1.010	4.523
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de intangível		(22.610)	(13.419)
		(22.610)	(13.419)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimos e financiamentos		-	64.500
Amortização de empréstimos e financiamentos		-	(33.020)
Integralização de capital social	15.1	1.453	-
Partes relacionadas		289	(138)
		1.742	31.342
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento		1.742	31.342
Aumento /(redução) de caixa e equivalentes de caixa		(19.858)	22.446
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	4	23.793	1.347
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	4	3.935	23.793
Aumento /(redução) de caixa e equivalentes de caixa		(19.858)	22.446

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Nova Mobi Pernambuco - SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais – R\$)

1. Informações gerais

A **Nova Mobi Pernambuco - SPE S.A. (“Companhia”)** é uma Sociedade Anônima de capital fechado com sede no município de Recife, Estado de Pernambuco, na Avenida Prefeito Antônio Pereira, nº 705, sala L11, bairro Várzea. A Companhia iniciou suas atividades em 02 de dezembro de 2021.

A Companhia é uma sociedade de propósito específico e tem por objeto social a execução do contrato de Parceria Público-Privada (“PPP”), na modalidade de Concessão Administrativa para a administração, manutenção, conservação e exploração comercial de áreas e serviços dos terminais e das estações de BRTs vinculados ao Sistema de Transporte Público de Passageiros da Região Metropolitana do Recife – STPP/RMR, precedida de obras de requalificação, com fornecimento de equipamentos e sistemas de tecnologia de informação para monitoramento, e a execução de todas as atividades necessárias para o fiel desempenho das atividades exigidas pelo Contrato de Concessão nº 015.2021 firmado com o Estado de Pernambuco, representado pelo Consórcio de Transportes da Região Metropolitana de Recife – CTM, e a exploração de estacionamento.

O prazo da concessão é de 35 anos com início da execução dos serviços em 23 de janeiro de 2022 e data final em 22 de janeiro de 2057.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelos acionistas e diretores em 12 de março de 2026.

2. Base de preparação

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

2.4. Uso de estimativa e julgamento

As demonstrações financeiras são elaboradas com o apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras são apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

2. Base de preparação--Continuação

2.4. Uso de estimativa e julgamento--Continuação

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionados, principalmente, a elaboração de projeções para realização dos ativos, determinação de taxa de desconto do valor presente utilizado na mensuração de certos ativos e passivos circulantes e não circulantes.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relações às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

2.2. Reforma tributária

Em dezembro de 2023 foi promulgada a Emenda Constitucional que introduziu a Reforma Tributária sobre o consumo no Brasil, posteriormente regulamentada pela Lei Complementar 214/2025 e, pelo ainda em tramitação, Projeto de Lei Complementar 108/2024. A reforma substituirá gradualmente o ICMS, ISS, IPI, PIS e COFINS por três tributos de base ampla sobre valor agregado: o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS). O IBS será de competência compartilhada entre Estados e Municípios, a CBS terá abrangência federal e o IS assumirá função regulatória, incidindo sobre bens e serviços específicos. A vigência plena está prevista para 2033, com fase de transição entre 2026 e 2032. A Administração acompanha a evolução da regulamentação e avalia seus potenciais efeitos, os quais serão reconhecidos e divulgados oportunamente, quando passarem a ser mensuráveis e aplicáveis.

3. Principais políticas contábeis materiais

3.1. Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalente de caixa incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria: “avaliadas ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR)” e substancialmente estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários (CDBs).

Nova Mobi Pernambuco - SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais – R\$)

3. Principais políticas contábeis materiais--Continuação

3.2. Ativos intangíveis

Contrato de concessão de serviços – direito de exploração de infraestrutura – ICPC 01 (R1)

A infraestrutura dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos.

É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato.

O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta interpretação o concessionário atua como prestador de serviço construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, opera e mantém essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível.

O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos.

O contrato de concessão estabelecido entre o Estado de Pernambuco, representado pelo Consórcio de Transportes da Região Metropolitana de Recife – CTM, e a Nova Mobi Pernambuco – SPE S.A. prevê uma contraprestação pecuniária a ser paga pelo poder concedente, em virtude da prestação dos serviços objeto do contrato, abrangendo, dentre outros, todos os custos diretos e indiretos, demais despesas operacionais, inclusive investimentos necessários para a execução do objeto da concessão e receitas decorrentes da exploração comercial dos espaços dos terminais e das estações de BRTs.

O contrato prevê também que extinta a concessão, retornam automaticamente ao poder concedente os equipamentos, instalações e outros bens, diretos e privilégios vinculados ao serviço concedido.

No caso da Companhia, não está previsto no contrato de concessão qualquer remuneração ao final do prazo de exploração da infraestrutura, razão pela qual nenhum ativo financeiro foi reconhecido.

3. Principais políticas contábeis materiais--Continuação

3.2. Ativos intangíveis--Continuação

Amortização

A vida útil de um ativo intangível em um contrato de concessão de serviço é o período a partir do qual a Companhia tem a capacidade de cobrar o público pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão.

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

A amortização do ativo intangível é reconhecida no resultado do exercício baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas dos ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso ou pelo prazo da concessão, dos dois o menor.

A vida útil estimada para os períodos correntes é estabelecida conforme prazo do contrato de concessão.

3.3. Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes.

Subsequentemente, estes efeitos são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras, no resultado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

3.4. Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de “impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

A Companhia avalia periodicamente o efeito desse procedimento nas demonstrações financeiras, reconhecendo os ajustes necessários quando da ocorrência de indícios.

Nova Mobi Pernambuco - SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais – R\$)

3. Principais políticas contábeis materiais--Continuação

3.5. Provisões

3.5.1. Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

3.5.2. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.6. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração

3.6.1. Ativos financeiros - reconhecimento e mensuração

Ativos financeiros da Companhia são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, em conformidade com as características dos fluxos de caixa contratuais desses ativos e do modelo de negócios adotado pela Companhia para sua gestão, que consiste na geração de fluxos de caixa com finalidade exclusiva de pagamento do principal e de juros.

As compras ou vendas desses ativos financeiros exigem sua entrega dentro de um prazo estabelecido e reconhecido na data da negociação.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem aplicações financeiras.

Nova Mobi Pernambuco - SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais – R\$)

3. Principais políticas contábeis materiais--Continuação

3.6. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração--

Continuação

3.6.2. Passivos financeiros - reconhecimento e mensuração

Os passivos financeiros da Companhia são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar.

Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

3.7. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social limitada a 30% do lucro tributável anual.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os tributos correntes e diferidos. Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado.

3.8. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros.

Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

3.9. Classificação circulante e não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos nas demonstrações financeiras com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal;
- For mantido principalmente para negociação;
- Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação;
- Caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando a sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

Nova Mobi Pernambuco - SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais – R\$)

3. Principais políticas contábeis materiais--Continuação

3.9. Classificação circulante e não circulante--Continuação

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- Se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal;
- For mantido principalmente para negociação;
- Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação;
- Não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação;
- Todos os demais passivos são classificados como não circulantes.

3.10. Fornecedores

São obrigações a pagar por aquisição de bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano caso contrário as contas são apresentadas no passivo não circulante.

3.11. Empréstimos e financiamentos

Empréstimos e financiamentos são mantidos até o vencimento e com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e financiamentos são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

3.12. Apuração de resultado

Os resultados das operações são apurados em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

3.13. Receitas

As receitas líquidas são reconhecidas quando da prestação dos serviços em conformidade com o regime contábil de competência. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

A seguir estão apresentados os principais tipos de receita obtidos pela Companhia:

Receita com prestação de serviços

A receita com prestação de serviços é reconhecida pelo regime de competência, ou seja, é reconhecida no resultado mensalmente de acordo com realização dos serviços.

Locações de áreas

São decorrentes de contratos de locação com as empresas de transporte, lojas e restaurantes localizados nos terminais e reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

3. Principais políticas contábeis materiais--Continuação

3.13. Receitas--Continuação

Reconhecimento de receita e margem de construção

Pelos termos do contrato de concessão, a Companhia deve construir e/ou ampliar a infraestrutura do contrato de concessão das estações de BRTs vinculados ao Sistema de Transporte Público de Passageiros da Região Metropolitana do Recife – STPP/RMR, e conforme requerido pelo OCPC 05 - Contratos de concessão, as receitas relativas à construção de ativos que proporcione incrementos futuros de receitas são registradas pela Companhia em suas demonstrações financeiras como contrapartida do ativo intangível. Os custos são registrados e reconhecidos em contrapartida do passivo como fornecedores de bens ou serviços.

3.14. Resultado financeiro

As receitas financeiras abrangem substancialmente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros recebidos em decorrência dos pagamentos em atraso de clientes.

A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, descontos concedidos a clientes e despesas bancárias.

3.15. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025 ou após.

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos aplicados pela primeira vez em 2025 e não identificou impactos em suas demonstrações financeiras, bem como decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda que não estejam vigentes.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Caixa	3	3
Bancos - conta movimento	3.679	155
Aplicações financeiras	253	23.635
	3.935	23.793

As aplicações financeiras são resgatáveis em um prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações, são remuneradas, preponderantemente, pelo índice do CDI e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Nova Mobi Pernambuco - SPE S.A.
 Notas explicativas às demonstrações financeiras
 Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
 (Em milhares de Reais – R\$)

5. Contas a receber

	2025	2024
Consórcio de Transportes da Região Metropolitana de Recife – CTM (a)	5.085	4.528
Locações de áreas a receber	2.622	1.769
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)	(1.280)	(426)
	6.427	5.871

(a) Valores a receber decorrente da prestação de serviços realizados conforme estabelecido em contrato de concessão.

6. Tributos a recuperar

	2025	2024
INSS retido a compensar	443	506
IRPJ retido a compensar	805	757
IRRF sobre aplicação financeira	182	16
CSLL retido a compensar	627	594
CSLL a compensar	498	420
	2.555	2.294

7. Partes relacionadas

	2025	2024
Ativo		
Socicam Administração, Proj. e Representações S/A. (a)	69	144
Passivo		
Terra Transportes e Participações S/A. (b)	2.742	2.622
Socicam Administração, Proj. e Representações S/A. (b)	4.113	3.933
Socicam Administração, Proj. e Representações S/A.	-	86
	6.855	6.641
Passivo circulante	-	86
Passivo não circulante	6.855	6.555

(a) Representam valores a receber sobre reembolso de despesas com a acionista.

(b) Referem-se às operações de conta corrente com os acionistas, as quais tem remuneração à taxa de juros de 3,06% ao ano, acrescida do CDI e vencimento final em 15 de maio de 2027.

8. Intangível líquido

	2025		2024	
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Benfeitoria em propriedade de terceiros	35.486	(2.339)	33.147	34.248
Viabilidade técnica	4.748	(752)	3.996	4.186
Máquinas e equipamentos	2.560	(986)	1.574	1.721
Equipamento de informática	5.178	(3.421)	1.757	2.720
Móveis e utensílios	765	(236)	529	527
Veículos	282	(175)	107	163
Softwares	3.763	(1.715)	2.048	1.921
Construções em andamento (a)	45.194	-	45.194	13.400
	97.976	(9.624)	88.352	58.886

(a) Referem-se aos gastos com melhorias nas instalações físicas e na infraestrutura de TI dos terminais e estações de BRTs, que são de responsabilidade da Companhia conforme definido em contrato de Concessão. O prazo para conclusão das obras e requalificação dos equipamentos é de 48 meses a partir da data de início da concessão.

8. Intangível líquido--Continuação

A movimentação do intangível para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 estão demonstrados a seguir:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Saldo inicial	58.886	43.532
(+) Adições	32.865	18.288
(-) Amortização	(3.399)	(2.934)
Saldo final	88.352	58.886

9. Empréstimos e financiamentos

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Debentures	77.265	67.010
	77.265	67.010
Circulante	6.907	-
Não circulante	70.358	67.010
Total	77.265	67.010

A movimentação dos empréstimos e financiamentos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 está demonstrado a seguir:

	<u>2025</u>
Saldo inicial	67.010
Juros incorridos e ativados no intangível	10.255
Saldo final	77.265

Os encargos financeiros incorridos sobre as debêntures foram capitalizados no ativo intangível, por estarem diretamente relacionados aos investimentos realizados no ativo de concessão, durante a fase de construção e melhoria.

Adicionalmente, os custos de transação incorridos na captação das debêntures foram registrados no ativo circulante e não circulante e estão sendo apropriados ao resultado ao longo do prazo contratual da respectiva operação.

Debêntures

A Companhia captou recursos financeiros por meio da emissão de debêntures, destinados (i) à manutenção, conservação e exploração comercial dos 26 terminais e 44 estações de BRT vinculados ao Sistema de Transporte Público da Região Metropolitana do Recife (STPP/RMR), incluindo a realização de obras de melhoria, e (ii) ao reforço de caixa. As características dessas captações estão apresentadas a seguir:

<u>Emissão/serie</u>	<u>Data de emissão</u>	<u>Data de vencimento</u>	<u>Taxa de juros anual</u>	<u>2025</u>
1ª Emissão	15/09/2024	15/09/2034	10,48% + IPCA	77.265
Circulante				6.907
Não Circulante				70.358

Nova Mobi Pernambuco - SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais – R\$)

9. Empréstimos e Financiamentos--Continuação

Em 15 de setembro de 2024, a Companhia celebrou com o Agente Fiduciário o “Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, em Série Única, Não Conversíveis em Ações, Com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública, da Nova Mobi Pernambuco – SPE S.A.” (“Escritura da 1ª Emissão de Debêntures”), por meio do qual a Emissora emitiu 64.500 (sessenta e quatro mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, com garantia real, com garantia fidejussória adicional, de sua 1ª emissão.

Os vencimentos das debêntures serão semestrais, com início em 15 de março de 2026.

Sobre as debentures incidem juros de 10,48% a.a., acrescido de correção mensal pelo fator índice do IPCA.

No contrato estão previstas diversas cláusulas de vencimento antecipado (“*covenants*”) que não são atreladas a indicadores financeiros, além de uma cláusula relacionada ao cumprimento de determinado índice e indicador financeiro da Companhia:

- a) Não observância, a partir do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 do atingimento do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de 1,10x (um inteiro e dez centésimos vezes) ou superior (“ICSD Mínimo”) observado que, para os fins deste item, o ICSD deverá ser anualmente apurado pelos auditores independentes, e fornecido, pela Emissora, ao Agente Fiduciário no prazo de 90 dias contados da data de término de cada exercício social.

A falta de cumprimento dos itens citados poderá ocasionar o acionamento dos agentes financeiros que poderá resultar em vencimento antecipado do contrato. Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia encontrava-se adimplente com os *covenants* do contrato.

Na captação das debentures incorreram custos no montante de R\$ 2.333, registrados no ativo, os saldos serão apropriados para o resultado de acordo com o prazo do contrato. Em 2025 o montante reconhecido no resultado foi de R\$ 233 (R\$ 78 em 2024), com isto o saldo em aberto em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 2.022 (R\$ 2.255 em 2024), classificado no ativo circulante e não circulante.

10. Fornecedores

	2025	2024
Fornecedores nacionais	1.402	4.292
	1.402	4.292

Representado, principalmente, por valores a pagar relacionados a compras bens, serviços e projetos para a melhorias dos terminais e estações.

11. Obrigações trabalhistas e sociais

	2025	2024
Salários a pagar	1.095	1.140
INSS a recolher	447	614
FGTS a recolher	177	180
IRRF s/ folha	44	44
Férias e encargos a pagar	2.393	2.521
Outras obrigações trabalhistas	123	299
	4.279	4.798

12. Impostos e contribuições a recolher

	2025	2024
PIS a recolher	42	38
COFINS a recolher	193	178
Tributos retidos a recolher	141	235
	376	451

13. Parcelamento de tributos

	2025	2024
Parcelamento de PIS e COFINS (a)	1.080	1.316
Parcelamento de INSS (b)	6.469	7.815
	7.549	9.132
Circulante	2.127	2.224
Não circulante	5.422	6.908
	7.549	9.132

- (a) Os parcelamentos simplificados de PIS e COFINS foram aderidos em consonância com a Instrução Normativa RFB nº 1.891/2019, sendo o saldo total parcelado em 60 (sessenta) meses e acrescidos de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir da data do deferimento até o mês anterior ao do pagamento e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado (artigo 13 da Lei nº 10.522 de 19 de julho de 2002). Em 23 de outubro de 2023 os saldos foram reparcelados e as competências de abril e maio de 2023 foram inclusas no parcelamento;
- (b) O parcelamento simplificado do INSS foi aderido em consonância com a Instrução Normativa RFB nº 1.891/2019, sendo o saldo total parcelado em 32 (trinta e dois) meses, acrescidos de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir da data do deferimento até o mês anterior ao do pagamento e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado (artigo 13 da Lei nº 10.522 de 19 de julho de 2002). Em 23 de outubro de 2023 os saldos foram reparcelados e as competências de abril a outubro de 2023 foram inclusas no parcelamento.

14. Provisão para demandas judiciais

A Companhia registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para contingências trabalhistas e cível, para as quais é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

	2024	Complemento / Estorno	2025
Processos trabalhistas	389	69	458
Processos cíveis	34	(34)	-
	423	5	458

Nova Mobi Pernambuco - SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais – R\$)

14. Provisão para demandas judiciais--Continuação

Perdas possíveis

Em 31 de dezembro de 2025, os processos classificados como de perda possível pelos assessores jurídicos referem-se basicamente a ações cíveis e trabalhistas, cujos valores discutidos totalizam R\$ 3.180 (R\$ 4.747 em 2024).

15. Patrimônio líquido

15.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 o capital social é de R\$ 14.600, representado por 14.600.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, no valor de R\$ 1 (valor expresso em Reais) cada, o capital social está assim distribuído:

	%	Ações	R\$
Socicam Administração, Proj. e Representações S/A.	54	7.884.000	7.884
Terra Transportes e Participações S/A.	40	5.840.000	5.840
Casa 10 Participações e Empreendimentos Ltda.	6	876.000	876
	100	14.600.000	14.600

Em dezembro de 2025, os sócios da Companhia integralizaram o montante de R\$ 1.453, anteriormente registrado na rubrica de capital a integralizar.

15.2. Reserva legal

É constituída com base nos dispositivos legais no art. 193 da Lei nº 6.404/76 sendo destinados 5% do lucro líquido para reserva legal.

15.3. Distribuição de dividendos

Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício, a título de dividendo obrigatório, 25% do lucro líquido auferido no exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76.

15.4. Prejuízos acumulados

Na ocorrência de prejuízos, estes serão mantidos em conta de prejuízos acumulados para posterior deliberação dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária.

Nova Mobi Pernambuco - SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais – R\$)

16. Receita líquida

	2025	2024
Receita de construção (a)	43.362	13.400
Serviços prestados – Concessão	63.335	59.582
Locações de áreas	7.294	6.420
(-) Abatimentos e serviços cancelados	(89)	(81)
(-) Tributos sobre a receita	(9.699)	(9.066)
	104.203	70.256

(a) A receita de construção sob a ICPC 01 (Contratos de Concessão) é reconhecida pela concessionária à medida que os serviços de construção ou melhoria da infraestrutura pública são realizados, utilizando o método de porcentagem de conclusão. O valor gasto nas obras gera receitas e custos no resultado e a contrapartida é um ativo intangível.

17. Custos dos serviços prestados

	2025	2024
Custo de construção – a)	(43.361)	(13.400)
Salários e ordenados	(22.340)	(20.729)
Impostos e encargos com pessoal	(7.646)	(7.350)
Vale alimentação e vale refeição	(3.634)	(2.780)
Outros custos com pessoal	(2.191)	(1.868)
Prestadores de serviços	(10.394)	(10.316)
Serviços públicos	(3.726)	(3.791)
Manutenção, conservação e limpeza	(1.427)	(1.839)
Depreciação e amortização	(3.118)	(2.682)
Aluguéis	(757)	(698)
Seguros e fianças	(149)	(112)
Viagens e representações	(67)	(78)
Outros tributos, taxas e contribuições	(648)	(948)
Custos gerais	(775)	(774)
(-) QMCL – Quota Manut. Cons. e limpeza	505	513
	(99.728)	(66.852)

(a) O custo de construção sob a ICPC 01 (Contratos de Concessão) é reconhecido pela concessionária à medida que os serviços de construção ou melhoria da infraestrutura pública são realizados, utilizando o método de porcentagem de conclusão. O valor gasto nas obras gera receitas e custos no resultado e a contrapartida é um ativo intangível.

18. Despesas administrativas e gerais

	2025	2024
Provisão para demandas judiciais	(35)	(174)
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD)	(854)	(264)
Outras despesas	(11)	(13)
	(900)	(451)

19. Resultado financeiro líquido

	2025	2024
Descontos obtidos	5	32
Receitas de aplicações financeiras	757	189
Juros e multas recebidos	265	33
Outras receitas financeiras	110	80
Receitas financeiras	1.137	334
Despesas bancárias	(72)	(342)
IOF - Imposto s/ operações financeiras	(16)	(12)
Juros pagos ou incorridos	(544)	(688)
Multas e correções	(411)	(493)
Outras despesas financeiras	(457)	(296)
Despesas financeiras	(1.500)	(1.831)
Resultado financeiro líquido	(363)	(1.497)

20. Imposto de renda e contribuição social - diferido

Os créditos e débitos de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL diferidos foram apurados com base nas diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis no futuro e prejuízos fiscais. As origens estão apresentadas a seguir:

	2025	2024
Ativo diferido		
Prejuízos fiscais	12.472	5.027
Passivo diferido		
Encargos financeiros de obras	(4.448)	(961)
(=) Líquido	8.024	4.066

O ativo diferido registrado limita-se aos valores cuja compensação é amparada por projeções de bases tributáveis futuras, as quais compreendem um período de 5 anos, fundamentadas no melhor entendimento e na expectativa da Administração. As projeções de resultados tributáveis futuros incluem estimativas referentes a desempenho da economia brasileira, seleção das taxas de câmbio, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 estão demonstrados a seguir:

	2025	2024
Saldo inicial	4.066	3.308
IR/CS diferidos reconhecidos no resultado	3.959	758
Saldo final	8.024	4.066

21. Instrumentos financeiros

A Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros descritos a seguir:

21.1. Gerenciamento de risco

A Companhia possui operações envolvendo instrumentos financeiros, os quais se destinam a atender suas necessidades operacionais, bem como a reduzir a exposição a riscos financeiros.

A Administração destes riscos é efetuada por meio da definição de estratégias, estabelecimento de sistema de controles e determinação de limite de operação.

21.2. Risco de crédito e de realização

Estes riscos são administrados por normas específicas de análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente.

Adicionalmente, há análises específicas e normas para aplicações em instituições financeiras e os tipos de investimentos ofertados no mercado financeiro.

21.3. Valor de mercado dos instrumentos financeiros

As contas de caixa e equivalentes de caixa (caixa, bancos e aplicações financeiras), saldo a receber de clientes e empréstimos e financiamentos são considerados instrumentos financeiros cujos valores de mercado são coincidentes com os saldos contábeis e serão mantidos até o vencimento conforme intenção da Administração.

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 não existiam instrumentos derivativos a serem reconhecidos a valor justo nas demonstrações financeiras.

22. Cobertura de seguros

A Administração da Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos.

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros considerando a natureza de sua atividade, assim como mantêm cobertura de responsabilidade civil e dano moral a terceiros.

As premissas de risco adotadas e suas respectivas coberturas dada a sua natureza não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas por nossos auditores independentes.

Nova Mobi Pernambuco - SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais – R\$)

22. Cobertura de seguros--Continuação

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia mantém cobertura de seguros compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas que são julgadas suficientes pela Administração para proteger os ativos e negócios de eventuais sinistros cuja à cobertura de seguro e limite máximo de indenização está representado da seguinte forma:

- Seguro garantia R\$ 12.838;
- Seguro de responsabilidade civil R\$ 5.000;
- Seguro materiais, patrimoniais e prediais R\$ 7.200.

23. Eventos subsequentes

Até a data de publicação destas demonstrações financeiras não ocorreram eventos subsequentes significativos na Companhia que merecessem divulgações nos termos do normativo contábil CPC 24 - Eventos Subsequentes.

Gilberto Torres de Menezes Júnior
Diretor Presidente

Andrea Chaves Guerra
Diretora

Eduardo Buzam Júnior
Contador – CRC 1SP243887/O-3
